

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LÍNGUA GALEGO-PORTUGUESA*

CARLOS PIMENTA**

DAS SIMILITUDES ECONÓMICO-SOCIAIS PARA UMA LINGUAGEM COMUM DE
TRANSFORMAÇÃO

Colaboração, no tratamento informático,
de Fernanda Maciel Correia

Orense, Setembro de 1987

* Originalmente o texto foi escrito em Wordstar e nos cálculos econométricos utilizou o Ystat. Na passagem para Word 2007 teve que se fazer ajustamentos de apresentação. Os ficheiros em Ystat e as respectivas imagens eram irrecuperáveis, pelo que se optou por fotocopiar o Anexo 1 a partir de uma impressão da ocasião.

** Economista, professor auxiliar na Faculdade de Economia do Porto.

1. Ao iniciar a minha comunicação não posso deixar de manifestar vivamente à organização deste congresso o nosso agradecimento pelo convite dirigido.

Ao fazê-lo não estou a cumprir o protocolo habitual neste tipo de cerimónias, ao qual costume ser bastante rebelde, mas a exprimir a importância desta iniciativa e a responsabilidade com que a encarei.

Num época histórica em que a língua inglesa pretende impor-se como língua internacional, ora acompanhando a exportação americana de modelos económicos que tão boa e perniciosa receptividade tem tido em certos meios universitários e tecnocráticos, ora pela expansão da informática e a sua penetração no quotidiano de cada cidadão, a consolidação da língua portuguesa assume um significado particularmente importante, cujo realce e consequências são bem conhecidos.

Ao mérito da iniciativa corresponde a responsabilidade desta comunicação, o que nos levou a justas ponderações sobre a oportunidade de ser feita. Não era pacífica a sua elaboração. Senão vejamos:

a) A dominante do presente congresso é a língua. Se a atribuição da designação "língua e sociedade" à primeira secção dá um certo espaço de diversificação heterogénea, que procuramos aproveitar, não esvazia a temática essencial.

Qual o papel de uma comunicação predominantemente económica? Qual a sua legitimidade?

Se a análise da história de muitas ciências sociais, nomeadamente da Economia Política, revela que na compreensão do mundo que nos rodeia "a razão nunca parou de ser insensata para tratar de se tornar sempre mais racional"¹, que a especificidade do conhecimento científico nunca eliminou uma área de fronteira com as artes, tal não seria razão suficientemente forte para impor a presença aqui. Se qualquer economista defronta-se frequentemente com a imperiosidade da multidisciplinaridade operatória com a linguística, talvez não fosse este o momento oportuno para estabelecer essas pontes.

As razões que nos fizeram optar pela presença enunciam-se de seguida.

- A convicção de que "os idiomas evoluem em harmonia com a vida social"² e o estreitamento de relações económicas entre a Galiza e o norte de Portugal pode contribuir para o reforço das identidades linguísticas e culturais e que essa deve ser a componente consolidadora de um processo de aproximação que, vencendo resistências seculares e generalizadas, se encontra em curso;
- Nesse contexto todos os que estão de acordo com as direcções fundamentais explicitadas para este congresso devem conjugar esforços, ultrapassando os limites da sua formação académico-cultural. Dos diferentes ângulos de estudo da língua portuguesa, do conhecimento da vivência dos povos que a utilizam, do saber conhecer o presente e transformar o futuro tem que resultar uma visão multidisciplinar, integrada, operativa, de aproximação global da Galiza com o norte de Portugal.

¹¹ De G. Canguilhem, "Sobre uma Epistemologia Concordatária", in Epistemologia (Tempo Brasileiro, 28), p. 52-53, citado por Pedro Demo, Metodologia Científica em Ciências Sociais, 1981, Paulo, Editora Atlas, page 79

² De Ramon L. Suevos, Dialéctica do Desenvolvimento: Naçom, Língua, Classes Sociais, 1983, Orense, AGAL, page 77

- Hoje é impossível promover uma política de desenvolvimento regional sem extravasar amplamente as fronteiras do económico. Defendemos que o desenvolvimento económico regional tem que estar fortemente correlacionado com um crescimento económico, mas nem este se reduz aos padrões de especialização e produtividade que o crescimento do capitalismo impôs, e transpôs para o âmbito regional, nem é possível subestimar as outras componentes do processo social. A dominância macrotemporal e macroespacial do económico sobre as restantes áreas do sócio-político exige, quantas vezes, o predomínio micro das componentes culturais, educacionais, linguísticas. Em várias regiões do norte de Portugal desenvolvimento económico também é a reconstrução dos padrões culturais locais esfacelados por uma industrialização anárquica e exploração da mão-de-obra infantil, é preservação do artesanato com generalização da sua produção e consumo, é compatibilizar um turismo possível com a defesa dos estilos de vida locais, é colocar políticos do poder local a falar a mesma linguagem que os seus representados, é promover a integração cultural e linguística dos emigrantes regressados a suas terras, principalmente dos emigrantes de segunda e terceiras gerações.

Se estas razões foram suficientemente ponderosas para aceitarmos a eventual perplexidade de alguns perante a existência de um discurso económico em foros de outras vozes dominantes não queria deixar de referir outros factores que nos fizeram pensar sobre a oportunidade da presença: o nosso grande desconhecimento da economia galega e as consequências que a presença neste congresso pode acarretar para o futuro da nossa carreira profissional e científica.

A presença neste congresso representou uma opção de objecto teórico. Se a Península Ibérica é uma "jangada de pedra", há que optar pelo conhecimento das realidades dos países de língua portuguesa, há que privilegiar a aproximação cultural e científica com os países ibero-americanos.

No actual processo de internacionalização da economia, de crise teórica da Economia Política académico-oficial, de frequente alheamento entre as ciências sociais e a realidade quotidiana dos povos, a opção atrás referida é contra a corrente, necessária mas dolorosa. O desconhecimento da realidade económica galega é uma consequência de um distanciamento a eliminar. A presença aqui é o reforço de uma opção de estar no mundo.

2. A nossa tese é simples. Entre as subregiões da Galiza e do norte de Portugal existem similitudes de situação, problemas semelhantes, que exigem, impõem, respostas comuns de intervenção do poder regional e local.

Explicitemos cada uma das componentes da afirmação anterior.

2.1. Seleccionemos um conjunto de variáveis demográficas como indicadores de uma dinâmica e de uma realidade presente económico-sociais mais vasta.

Não será necessário relembrar milhentos trabalhos para justificar a validade dos indicadores demográficos como expressão de uma realidade, estrutural e conjuntural, mais vasta, nem a certeza de que outros indicadores seriam correctos e oportunos, se entre as informações estatísticas sobre ambas as regiões fossem suficientemente compatíveis e o tempo disponível

para esta comunicação fosse maior ou a bibliografia sobre a comparação da economia das duas regiões mais vasta.

Tomemos as variáveis que estão pormenorizadamente explicitadas no Anexo 1.

O nosso objectivo é fazer uma análise comparada, breve e introdutória, entre a Galiza e o norte de Portugal. Não basta considerar estas duas regiões em bloco, como é o estilo dominante em certas abordagens. Houve que decompor em subregiões. Assim o fizemos ao considerar as quatro províncias da Galiza (Corunha, Lugo, Orense e Pontevedra) e os cinco distritos a norte do rio Douro (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real). É certo que o âmbito geográfico de cada um dos tipos de divisões administrativas consideradas são diferentes, o que não deixa de ter repercussões na interpretação dos resultados, mas é o possível e revela-se útil.

Atribuídos os valores às variáveis para cada uma destas oito regiões mediu-se a correlação existente entre elas, para cada conjunto de informação e para a sua totalidade, ora considerando os valores originais – o que permite medir, numa primeira aproximação, similitudes de situação – ora a diferença relativa entre os dados de cada região e os que se verificam para o conjunto da Galiza e do norte de Portugal – o que permite medir, numa primeira aproximação, as similitudes das especificidades no contexto regional em que se inserem.

Dos resultados obtidos, apresentados pormenorizadamente no referido anexo, se constata rapidamente que:

- a) existem distritos portugueses que têm maiores identidades com províncias galegas que com outros distritos do norte de Portugal e províncias galegas que têm mais similitudes com distritos portugueses do que com outras províncias galegas. Chamemos à adição destas duas situações "Componente A".
- b) existem distritos do norte de Portugal que na sua especificidade apresentam-se significativamente correlacionados com províncias galegas e reciprocamente. Chamemos-lhe "Componente B".

Se considerarmos o conjunto das variáveis mais significativas, por ordem decrescente de importância, temos o seguinte quadro de número de ocorrências das duas componentes:

Variáveis	Componente A	Componente B
TOTAL	14	7
VARPOP	5	7
SITPROF	13	0
GRSECT	12	3
CPROF2	10	2
PESECT	2	1
POPIDA1	6	2

num máximo possível de 20 ocorrências.

Às similitudes globais frequentemente referidas (natureza periférica e atrasada em relação aos países a que pertencem e à CEE em que se integraram, emigração, dispersão do habitat, grande assimetria litoral/interior, escassez do mercado regional e extroversão das actividades produtivas, desemprego, grande importância das mulheres na população activa, predomínio numérico das pequenas explorações agrícolas e seu fraccionamento em parcelas, importância da pesca costeira de tipo familiar, ausência de rede de frio, baixos salários no contexto europeu e perante a satisfação das necessidades vitais, insuficiência das infraestruturas de transportes, baixa produtividade da actividade agro-florestal, perfil industrial pouco diversificado, empresários com comportamento individual e imediatista, etc., enfim, falta de coerência do processo produtivo e condições de vida das populações, muito aquém das potencialidades correspondentes ao actual grau de desenvolvimento técnico-científico) acrescenta-se a estreita conexão entre regiões da Galiza e do Norte de Portugal.

É certo que entre estas duas grandes regiões existem diferenças, mas tal não invalida as semelhanças referidas e muitas delas são outra faceta da mesma realidade na medida em que potenciam as possibilidades de transformação conjunta: as complementaridades regionais são uma das bases de um desenvolvimento conjunto e de um aumento da coerência produtiva³.

2.2. Da similitude de situações económico-sociais resulta, indubitavelmente, identidade de problemas e de caminhos de resolução, apesar das diferenças político-institucionais entre a Galiza e o norte de Portugal.

Num documento conjunto da Junta da Galiza e da Comissão de Coordenação da região Norte explicitam-se algumas vias de "compatibilização dos objectivos gerais e sectoriais de desenvolvimento das regiões", a saber:

- "modernização do sistema produtivo e valorização dos recursos endógenos",
- "criação de emprego",
- "melhoria do acesso inter e intra-regional",
- "melhoria do equipamento social"
- "ordenamento do litoral".

São vias válidas, mas sobre as quais há que ter em atenção os seguintes aspectos:

- é imperioso concretizar essas direcções genéricas decompondo-as regional e sectorialmente;

³ Na comunicação "Galicia-CEE: Argumentos y Perspectivas Industriales" da autoria de Xoan Lopez Facal, contante do livro Galicia ante em Mercado Comum, sd, se, salientam-se por exemplo as seguintes complementaridades produtivas. Galiza seria fornecedora de "animais vivos e produtos do reino animal" e de "produtos do reino vegetal. Portugal pode encontrar na Galiza um bom mercado para as "bebidas" e "manufacturas têxteis" .. Entretanto estariam em aberta concorrência nas "madeiras" e "pasta de papel".

- o conjunto da Galiza e do norte de Portugal é mais do que simples soma das suas partes componentes, seja pelas economias de escala das intervenções conjuntas possíveis de promover, seja pelos efeitos de fronteira que a adesão de Espanha e Portugal à CEE impõem -- assumindo particular importância a efectiva criação e potenciação do eixo Porto-Vigo, seja ainda pela inter-ligação das componentes sociais, culturais e políticas no processo de desenvolvimento económico;
- às direcções de intervenção há que acrescentar a vontade política de transformação e tal atribui, na actual situação, um papel de destaque ao poder regional e local.

2.3 É a implementação do desenvolvimento regional que está em causa, de um desenvolvimento regional conjunto.

As gritantes diferenças entre as condições de vida dos povos das diversas regiões, encontrando-se muitos abaixo do limiar da satisfação das necessidades básicas, a consciência de que "todo o desenvolvimento é desenvolvimento regional"⁴, as revoluções tecnológicas impostas pela microinformática e a estratégia dos grandes grupos monopolistas no fraccionamento das suas actividades, as frequentes crises de sobreprodução das economias capitalistas e as dificuldades de soluções extraíveis dos modelos teóricos pugnados durante décadas, fez ecoar a apologia do desenvolvimento regional, a busca das novas soluções no espaço local.

Este processo é positivo e marca, sem dúvida, uma nova fase na maneira de encarar os problemas económicos.

Contudo, a referida apologia tem de ser depurada das falsas concepções. Por outras palavras, a defesa do desenvolvimento regional nem pode ser encarada como uma forma expedita de ultrapassar as contradições do capitalismo, a substituição da dicotomia capitalismo/socialismo pela central/local, nem como uma dádiva que o poder central de um país concede, ao mesmo tempo que mantém nas suas mãos o controlo das alavancas fundamentais.

Há que promover o desenvolvimento regional com plena consciência das suas limitações, o que exige uma assunção do processo de transformação pelas comunidades locais. Há que introduzir uma nova filosofia de intervenção do poder local e regional⁵. Para tal é imperioso que muitas iniciativas partam dos órgãos do referido poder.

3. Está fora dos nossos propósitos apresentar uma proposta detalhada de intervenção futura. Nem somos poder, nem este seria o local apropriado. As linhas que se seguem devem ser encaradas como modestas sugestões.

3.1. Conhecemo-nos pouco. A prática de transformação é uma escola de aprendizagem mútua, mas tal não dispensa um esforço conjunto de estudo, de reflexão colectiva, de troca de pontos

⁴ De Simões Lopes, Desenvolvimento Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

⁵ No Anexo 2 transcrevemos o prefácio de um dos planos integrados de desenvolvimento regional em que trabalhamos. Trata apenas da apresentação genérica de uma filosofia. Agradecemos à PLANIDSENVOLVE – Gabinete de Estudos Técnico Económicos a amabilidade da autorização da transcrição.

de vista, de passagem do monólogo das preocupações já assumidas por quem estudou a Galiza ou o norte de Portugal para o diálogo construtor de uma nova maneira de encarar os problemas.

O projecto de "estudo global para intervenções específicas" a desenvolver pela Junta da Galiza e Comissão de Coordenação da Região Norte, eventualmente com colaboração de universidades de ambas as regiões, seria um passo positivo, mas bastante aquém do necessário. Aquém porque a relação entre a Galiza e a região norte de Portugal faz um desvio por Madrid e Lisboa, o que impõe sistemáticas desacelerações, conduzido a uma série de obstáculos. Aquém, porque a filosofia de desenvolvimento e de intervenção da Comissão de Coordenação da Região Norte, apenas desta falo porque só dela tenho conhecimento, é de desconcentração e de tutela do poder local e não de regionalização e entrega a este de uma nova política (poder-se-ia argumentar que não podem dar o que não têm!) e de correspondentes recursos. Aquém, ainda, porque fica por explorar um enorme campo de iniciativas diversificadas e descentralizadas.

Por isso consideramos que seria do máximo interesse a constituição de equipas multidisciplinares (economistas, sociólogos, linguísticas, antropólogos, pedagogos, geógrafos e políticos, cientistas, sindicalistas e empresários, etc.) para o estudo da realidade conjunta de Galiza e norte de Portugal, essa área "que tem umas dimensões territoriais (50,7 mil Km² e uma densidade populacional (123 hab/Km²) comparáveis à de países comunitários como Dinamarca e com uma população que quase duplica a da Irlanda", essa área que "do ponto de vista da extensão territorial e do nível de população (...) é um mercado potencial que encontra termos de comparação válidos na Europa comunitária"⁶. (Que de entre os dissabores da adesão à CEE frutifique, pelo menos, um melhor conhecimento mútuo entre a Galiza e o norte de Portugal!). Estudo cientificamente correcto mas desprovido de torres de marfim, virado para a acção, preocupado em fornecer a todos os potenciais intervenientes instrumentos de trabalho.

Que não é trabalho simples resulta do próprio enunciado da proposta: a aceitação de uma tal ideia, a constituição de equipas com uma composição tão diversificada, a obtenção de recursos financeiros, são obstáculos a ter em conta. Tê-los em conta para superá-los.

A consciência da importância de um estreitamento de relações entre povos de língua portuguesa – e os artistas e cientistas são povo, não o esqueçamos – tem aumentado. É, por exemplo, nesse sentido, que aponta a hipótese de um congresso de economistas de língua portuguesa em 1989 a ser realizado por uma universidade brasileira. Eis um bom pretexto, se tal for necessário, para a realização do referido estudo, para o estreitamento da cooperação entre trabalhadores das ciências sociais virados para as realidades galegas e do norte de Portugal, para a efectiva implementação de formas de cooperação entre universidades.

3.2. Simultaneamente seria importante a implementação de estudos específicos visando acções concretas, tais como projectos de investimento, cooperação entre empresas vocacionadas para o desenvolvimento sectorial e regional (nas áreas de estudo ou de produção), conjugação de esforços entre órgãos de poder local.

Destacaria este último aspecto. Consideraríamos da máxima relevância a associação de "municípios" da Galiza e do norte de Portugal, particularmente de municípios contíguos nas regiões de fronteira, para a implementação de planos de desenvolvimento integrado.

⁶ Retirado do referido estudo da Junta da Galiza e da Comissão de Coordenação da Região Norte.

3.3. Não está nas nossas mãos a concretização de tais projectos. Apenas podemos manifestar a nossa disponibilidade como trabalhadores da ciência e como cidadãos alertados para a importância de tais iniciativas.

Se as propostas estão ligadas à vida dos nossos povos e têm a solidez de uma identidade secular, podemos ter a esperança da concretização.

4. Falámos-vos de economia num congresso em que tais preocupações não estariam muito presentes. Encarámos o reforço das relações económicas entre a Galiza e o norte de Portugal, entre os "agentes económicos e políticos" de ambas as regiões, como uma importante componente da aproximação cultural entre os povos de ambas as regiões.

Temos que impor a linguagem da Economia Política ao serviço dos povos, a linguagem do nosso querer comum de uma vida melhor, digna.

Das outras intervenções recolhemos ensinamentos e preocupações, muitas preocupações. Esperamos que tenha produzido o mesmo efeito sobre vós.

ANEXO 1

REGIOES CONSIDERADAS

Alguns dos poucos trabalhos económico-sociais de análise comparada da Galiza e o norte de Portugal consideram aquelas duas regiões em bloco. Para os nossos propósitos seria necessário a consideração de áreas geográficas mais pequenas. Assim, para a Galiza assumimos como referência as províncias de Corunha, Lugo, Orense e Pontevedra, e para o norte de Portugal os distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

A amplitude geográfica de cada um destes tipos de ~~de~~ divisão administrativa (província, distrito) é distinta, o que coloca alguns problemas na interpretação dos resultados, mas foi a conjugação possível em face dos dados estatísticos publicados pelos institutos nacionais de estatística de Espanha e Portugal.

A utilização de uma divisão administrativa de menos amplitude é necessária em futuros estudos, mas ultrapassava o âmbito dos nossos objectivos.

DATA DA INFORMAÇÃO

Tratando-se de informação demográfica recorreremos aos dados contidos nos últimos recenseamentos gerais da População, ambos realizados em 1981. Para a evolução da população utilizou-se a informação de todos os recenseamentos gerais da população do presente século.

VARIAVEIS UTILIZADAS

O leque de variáveis susceptíveis de utilização na análise comparada das diversas regiões da Galiza e de Portugal é muitíssimo grande.

O recurso a variáveis demográficas é a expressão de dois factores. O primeiro, de natureza teórica, tem em conta a capacidade delas exprimirem, directa e indirectamente, a dinâmica do económico e do social, de funcionarem como um indicador de uma situação global. É assim quando se considera a população nas possíveis decomposições estritamente demográficas (situação familiar, por exemplo) e nas ventilações de cariz cultural (analfabetismo e graus de alfabetização, por exemplo) e económico (situação na profissão, sector de actividade, por exemplo). O

segundo, de natureza pragmática, sugere a maior facilidade de identidade de informação estatística entre os dados publicados em Espanha e Portugal. Outro tipo de variáveis utilizáveis ou estão ausentes do aparelho estatístico de um dos países (como, por exemplo, a desagregação regional da contabilidade nacional) ou têm classificações e métodos de obtenção excessivamente díspares.

As variáveis utilizadas são as seguintes:

1. ACTINA1

Exprime a repartição da população com mais de 10/12 anos segundo a sua situação na actividade económica: numa primeira divisão entre activos e inactivos. Numa segunda ventilação os primeiros são decompostos em exercendo uma actividade e desempregados. Os segundos são ventilados em reformados, rendeiros (vivendo de rendimentos), estudantes, domésticos, incapacitados e outros.

Existe uma pequena divergência entre as informações estatísticas espanholas e portuguesas quanto à idade mínima de referência, mas o facto de os dados utilizados serem percentagens (do total) atenuam os impactos de tal divergência.

É uma variável útil para alguns dos nossos propósitos, até porque apresenta um panorama global da população em relação à actividade económica, mas é pouco diferenciadora de regiões.

Saliente-se, complementarmente, as deficiências de quantificação dos desempregados.

2. ACTINA2

Todas as observações feitas para a variável ACTINA1 aplica-se a esta pois o seu significado é igual, quando aplicado apenas à população do sexo masculino.

3. ACTINA3

Mede o peso das mulheres em cada uma das subrúbricas em que se decompõe ACTINA1.

A totalidade das observações apresentadas para aquela variável aplicam-se aqui.

4. ANALEF

Exprime as permissões de analfabetismo.

Para o norte de Portugal foi considerado analfabeto o registado no recenseamento geral da população como não sabendo ler nem escrever.

Esta variável aplica-se aos homens e mulheres (primeiro

valor) e a outra só aos homens (segundo). Da comparação delas resulta uma informação sobre a situação de analfabetismo entre as mulheres.

5. CPROF1

Decompõe a população activa com profissões por classes profissionais segundo a CNAE. Considera a percentagem de cada uma no total.

Devido às divergências de informação para as duas regiões foi necessário fazer agregações para as grandes classes. Mesmo assim não foi possível uma total compatibilização das informações referentes à Galiza e ao norte de Portugal porque enquanto as primeiras se referem exclusivamente à população com profissão trabalhando em estabelecimentos as segundas aplicam-se a toda a população residente com profissão.

6. CPROF2

Decompõe a população activa com profissão por grandes grupos: técnicos, pessoal directivo, administrativos, comerciantes e vendedores, pessoal dos serviços, pessoal da agricultura, pessoal da indústria e forças armadas. Considera a percentagem de cada um destes grupos no total.

As dificuldades de compatibilização existentes para CPROF1 não se aplicam a esta variável.

7. GRSECT

Decompõe a população activa com ocupação por grandes sectores de actividade: agricultura, energia e água, extractivas e químicas, produção metalúrgica, outras indústrias transformadoras, construção, comércio e hotelaria, transportes e comunicações, banca e seguros, outros serviços. Considera a percentagem de cada um destes sectores no total.

Apesar da decomposição por sectores utilizada nos dados iniciais para as províncias da Galiza e os distritos do norte de Portugal serem diferentes, a compatibilização da informação não levantou grandes problemas. Apenas um se manteve, podendo provocar algumas distorções: a arrumação dos trabalhadores da administração pública.

8. HABIT

Exprime alguns dados referentes às condições de habitação: número de habitantes por residência, percentagem de habitações com água corrente pública, com água corrente privada, com energia eléctrica.

Não se tratando de informação demográfica admitiu-se o seu tratamento pelo facto de ter a "mesma" fonte estatística.

O número de rúbricas consideradas é pequeno, devido às divergências de classificação e decomposição entre as estatísticas espanholas e portuguesas.

9. PESECT

Decompõe a população activa com ocupação por sectores de activa, expressando o peso de cada um em percentagem. Consideraram-se 56 sectores de actividade.

Apesar das diversidades entre os agrupamentos de sectores aplicados à Galiza e ao norte de Portugal foi possível, quase sempre, estabelecer uma correspondência entre eles. O problema maior, insolúvel, foi o já referido para SPROF1: os dados da Galiza referem-se a população trabalhando em estabelecimentos e os do norte de Portugal à totalidade da população activa. Nas actividades, onde predominam a iniciativa familiar, o autoconsumo, etc. os dados da Galiza encontram-se subestimados (outros estarão sobrestimados).

10. POPIDA1

Decompõe a população residente por grupos etários de cinco anos (com um grupo residual dos com 75 anos ou mais), quantificando o peso percentual de cada um no total. Refere-se a população de ambos os sexos.

11. POPIDA2

Esta variável exprime o peso dos homens em cada um dos grupos etários em que se decompõe POPIDA1.

12. RETEMI

Mede a importância da população residente que em 1970 (para a Galiza) ou 1973 (para o norte de Portugal) residiam no estrangeiro. É um indicador indirecto do regresso dos emigrantes.

13. SITFAM

Decompõe a população residente de ambos os sexos em solteiros, casados, viúvos e divorciados, exprimindo a importância de cada subconjunto em percentagem.

Existem algumas diferenças entre as estatísticas espanholas e portuguesas (estas consideram também os "separados" englobados, no actual tratamento de dados, como divorciados), mas a compatibilização não foi difícil.

14. SITPROF

Analisa a população activa segundo a sua situação na profissão: empresários com assalariados, empresários sem

assalariados, membros de cooperativas, trabalhadores por conta de outrem, ajudas familiares. Quantifica o peso percentual de cada uma das situações.

As designações utilizadas nas estatísticas espanholas e portuguesas são diferentes mas é possível estabelecer uma correspondência biunívoca entre ambas, desde que se proceda a algumas agregações.

15. VARPOP

Mede a taxa de variação da população residente nas décadas de 10 a 70 em cada uma das regiões. Há quase total compatibilidade da informação referente a ambas as regiões. A única divergência encontra-se no facto de em Portugal não haver recenseamento geral da população em 1910, mas sim em 1911.

As taxas de variação tomaram como referência o ano inicial da década considerada.

IMPORTANCIA RELATIVA DAS DIVERSAS VARIÁVEIS

Como se deduz facilmente do anteriormente afirmado, a capacidade explicativa é muito diferente de variável para variável.

Pelo que exprimem tenderíamos a privilegiar as variáveis VARPOP, SITPROF, GRSECT, CPROF2, PESECT e POPIDA1. É também de realçar, obviamente, os resultados obtidos com a totalidade das variáveis (TOTAL).

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O objectivo fundamental é medir o grau de correlação entre as situações demográficas (indicador de um contexto económico-social mais vasto) dos distritos do norte de Portugal e as províncias da Galiza. Para tal estimaram-se as matrizes de coeficientes de correlação considerando todas as variáveis e cada uma delas (excluindo as que, para cada região, tinham um número muito reduzido de valores).

O cálculo dos coeficientes de correlação processou-se sobre os valores originais das variáveis e sobre os seus diferenciais em relação à situação média. Estes diferenciais foram calculados pela percentagem da diferença entre cada valor regional e o da totalidade da região Galiza mais o norte de Portugal.

Enquanto o primeiro conjunto de matrizes de coeficientes de correlação mede a similitude de situações entre diversas regiões o segundo exprime de uma forma mais estreita a similitude das especificidades.

De seguida apresentam-se os resultados encontrados. A indicação dos valores mínimos assumíveis pelos coeficientes de correlação para a relação entre as variáveis ser significativa a níveis de significância de 5% e 1% (as análises consideraram sempre este último, bastante mais exigente na relação entre as variáveis) permite uma fácil comparação. Coloca-se num tom mais carregado os dados que merecem uma maior atenção e a itálico os que confirmam a nossa tese.

Para as variáveis que não eram susceptíveis de correlação apresentam-se algumas representações gráficas e brevíssimos comentários.

RESULTADOS

ACTINA1

1%	5%
0.71	0.58

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9889	1.0000							
ORE	0.9964	0.9919	1.0000						
PON	0.9982	0.9919	0.9926	1.0000					
V_CAS	<i>0.9774</i>	<i>0.9848</i>	<i>0.9717</i>	<i>0.9829</i>	1.0000				
BRAGA	<i>0.9481</i>	<i>0.9574</i>	<i>0.9320</i>	<i>0.9614</i>	0.9878	1.0000			
PORTO	<i>0.9597</i>	<i>0.9594</i>	<i>0.9414</i>	<i>0.9704</i>	0.9868	0.9967	1.0000		
V_REAL	<i>0.9910</i>	<i>0.9759</i>	<i>0.9858</i>	<i>0.9870</i>	0.9831	0.9542	<i>0.9644</i>	1.0000	
BRAGAN	<i>0.9856</i>	<i>0.9699</i>	<i>0.9858</i>	<i>0.9777</i>	0.9700	0.9290	0.9389	0.9959	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.6507	1.0000							
ORE	0.6939	0.8614	1.0000						
PON	0.9208	0.6024	0.5079	1.0000					
V_CAS	-0.8455	-0.4212	-0.4165	-0.9163	1.0000				
BRAGA	-0.8496	-0.6672	-0.7865	-0.6830	0.6953	1.0000			
PORTO	-0.8472	-0.8567	-0.7549	-0.8552	0.6485	0.6432	1.0000		
V_REAL	-0.8345	-0.5149	-0.5383	-0.7932	0.7342	0.5969	0.6605	1.0000	
BRAGAN	-0.8041	-0.5169	-0.4889	-0.7755	0.6895	0.5459	0.6529	0.9615	1.0000

Completamos esta informação com os gráficos do peso dos desempregados e de algumas categorias de inactivos:



ACTINA2

1%	:	5%
0.71	:	0.58

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9938	1.0000							
ORE	0.9976	0.9987	1.0000						
PON	0.9999	0.9931	0.9971	1.0000					
V_CAS	0.9877	0.9879	0.9900	0.9861	1.0000				
BRAGA	0.9918	0.9829	0.9890	0.9909	0.9960	1.0000			
PORTO	0.9919	0.9793	0.9872	0.9912	0.9906	0.9986	1.0000		
V_REAL	0.9913	0.9855	0.9902	0.9902	0.9982	0.9994	0.9967	1.0000	
BRAGAN	0.9902	0.9889	0.9913	0.9889	0.9994	0.9968	0.9920	0.9988	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.7422	1.0000							
ORE	0.6271	0.7444	1.0000						
PON	0.9748	0.7222	0.5232	1.0000					
V_CAS	-0.9200	-0.6922	-0.5192	-0.9402	1.0000				
BRAGA	-0.8796	-0.7782	-0.7118	-0.8202	0.8376	1.0000			
PORTO	-0.9101	-0.8314	-0.6071	-0.9389	0.8083	0.7861	1.0000		
V_REAL	-0.8667	-0.7254	-0.7944	-0.7940	0.7634	0.7061	0.7510	1.0000	
BRAGAN	-0.8508	-0.6906	-0.7097	-0.7642	0.8263	0.7692	0.6532	0.8935	1.0000

ACTINA3

1%	5%
0.71	0.58

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9864	1.0000							
ORE	0.9288	0.9401	1.0000						
PON	0.9883	0.9657	0.9281	1.0000					
V_CAS	0.8731	0.8858	0.9606	0.8833	1.0000				
BRAGA	0.8565	0.8505	0.9143	0.8720	0.9779	1.0000			
PORTO	0.7988	0.7864	0.8543	0.7945	0.9228	0.9691	1.0000		
V_REAL	0.9386	0.9218	0.9676	0.9426	0.9632	0.9626	0.9231	1.0000	
BRAGAN	0.9490	0.9183	0.9336	0.9521	0.9186	0.9384	0.9051	0.9888	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

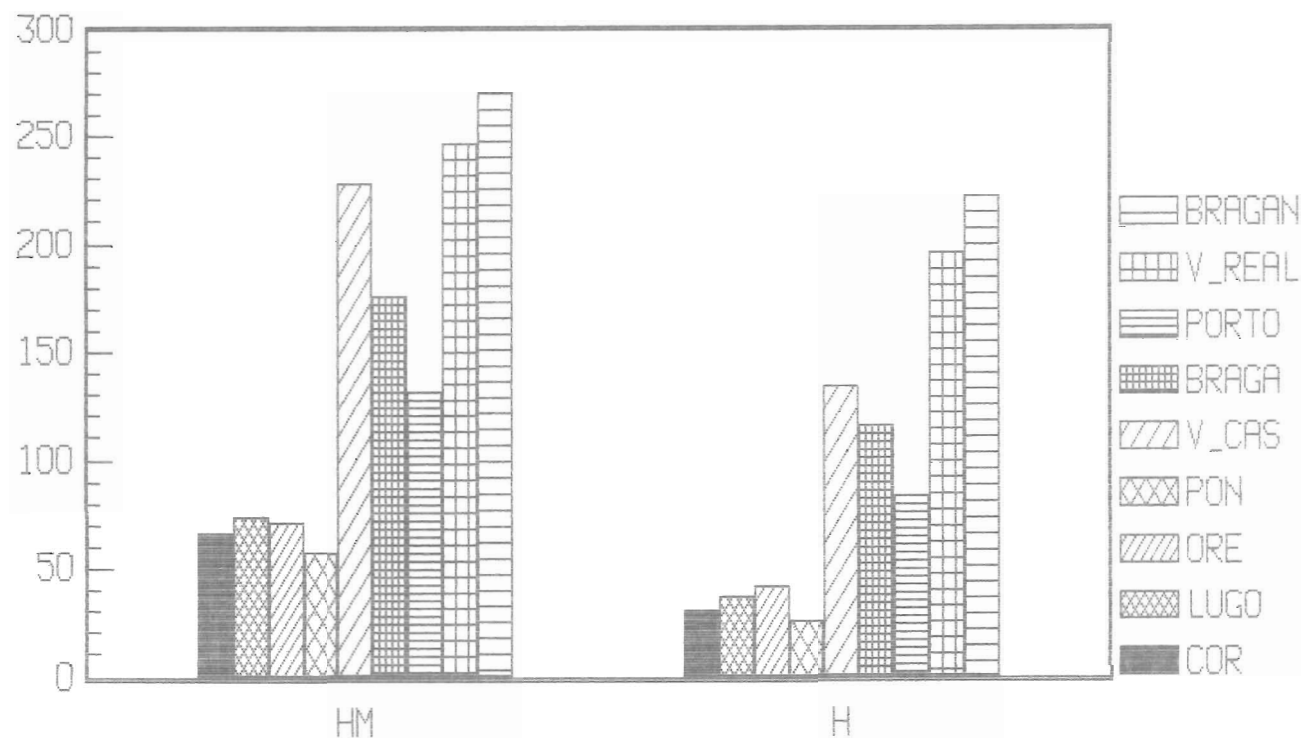
	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.8594	1.0000							
ORE	0.1734	0.3742	1.0000						
PON	0.8893	0.6939	0.0564	1.0000					
V_CAS	-0.6803	-0.5198	-0.0260	-0.4027	1.0000				
BRAGA	-0.7727	-0.8210	-0.4062	-0.4493	0.8454	1.0000			
PORTO	-0.8004	-0.9463	-0.4515	-0.6076	0.5971	0.8867	1.0000		
V_REAL	-0.1731	-0.4486	0.3143	-0.0702	0.1786	0.3174	0.4238	1.0000	
BRAGAN	0.1629	-0.2700	-0.0101	0.2148	-0.2708	0.0670	0.2660	0.8244	1.0000

ANALF

Esta variável não tem uma suficiente ventilação por itens susceptível de permitir o estabelecimento de qualquer correlação entre regiões.

O gráfico seguinte mostra a mais grave situação do norte de Portugal.

PERMILAGEM DE ANALFABETOS



CPROF1

1%	5%
0.83	0.71

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9793	1.0000							
ORE	0.9949	0.9818	1.0000						
PON	0.9589	0.9031	0.9406	1.0000					
V_CAS	0.9118	0.8898	0.9362	0.8139	1.0000				
BRAGA	0.3554	0.3437	0.3914	0.2922	0.4400	1.0000			
PORTO	0.0509	0.0185	0.0613	0.0500	0.0664	0.9016	1.0000		
V_REAL	0.8748	0.8377	0.8993	0.7896	0.9852	0.3250	-0.0566	1.0000	
BRAGAN	0.8770	0.8414	0.9001	0.7880	0.9857	0.3185	-0.0617	0.9996	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.8064	1.0000							
ORE	0.9675	0.8993	1.0000						
PON	0.7964	0.8578	0.8321	1.0000					
V_CAS	0.2730	0.0451	0.2666	-0.1796	1.0000				
BRAGA	-0.6917	-0.5682	-0.6184	-0.7579	-0.0625	1.0000			
PORTO	-0.8971	-0.7784	-0.9301	-0.6500	-0.5766	0.5115	1.0000		
V_REAL	0.1835	-0.1074	0.1405	-0.2397	0.9667	-0.0973	-0.4661	1.0000	
BRAGAN	0.1385	-0.1298	0.0894	-0.2765	0.9527	-0.1053	-0.4161	0.9939	1.0000

CPROF2

/-----\		
1%		5%

0.92		0.81
\-----/		

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.7774	1.0000							
ORE	0.8806	0.9824	1.0000						
PON	0.9921	0.6951	0.8165	1.0000					
V_CAS	0.9291	0.9532	0.9927	0.8782	1.0000				
BRAGA	0.8950	0.4278	0.5878	0.9425	0.6796	1.0000			
PORTO	0.7612	0.1903	0.3680	0.8358	0.4742	0.9603	1.0000		
V_REAL	0.8282	0.9954	0.9935	0.7541	0.9743	0.5006	0.2755	1.0000	
BRAGAN	0.8379	0.9937	0.9949	0.7652	0.9772	0.5141	0.2914	0.9997	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.2181	1.0000							
ORE	0.1477	0.9851	1.0000						
PON	0.9474	0.1249	0.0957	1.0000					
V_CAS	-0.4676	0.7335	0.7953	-0.4792	1.0000				
BRAGA	-0.8220	-0.4489	-0.3682	-0.7835	0.2047	1.0000			
PORTO	-0.6714	-0.8511	-0.8190	-0.5897	-0.3347	0.6827	1.0000		
V_REAL	-0.1543	0.8835	0.8684	-0.2403	0.8612	-0.2044	-0.5644	1.0000	
BRAGAN	-0.4154	0.7538	0.7630	-0.4548	0.9152	0.0169	-0.3324	0.9533	1.0000

GRSECT

-----\		
1%		5%
-----/		
0.77		0.63
-----/		

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9225	1.0000							
ORE	0.9512	0.9917	1.0000						
PON	0.9879	0.8964	0.9326	1.0000					
V_CAS	<i>0.9488</i>	<i>0.9608</i>	<i>0.9847</i>	<i>0.9376</i>	1.0000				
BRAGA	0.4940	0.3584	0.4024	0.5374	0.4840	1.0000			
PORTO	0.2982	0.0331	0.0919	0.3385	0.1617	0.8442	1.0000		
V_REAL	<i>0.9434</i>	<i>0.9822</i>	<i>0.9896</i>	<i>0.9134</i>	0.9839	0.3868	0.0890	1.0000	
BRAGAN	<i>0.9492</i>	<i>0.9734</i>	<i>0.9852</i>	<i>0.9179</i>	0.9841	0.3880	0.1018	0.9988	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

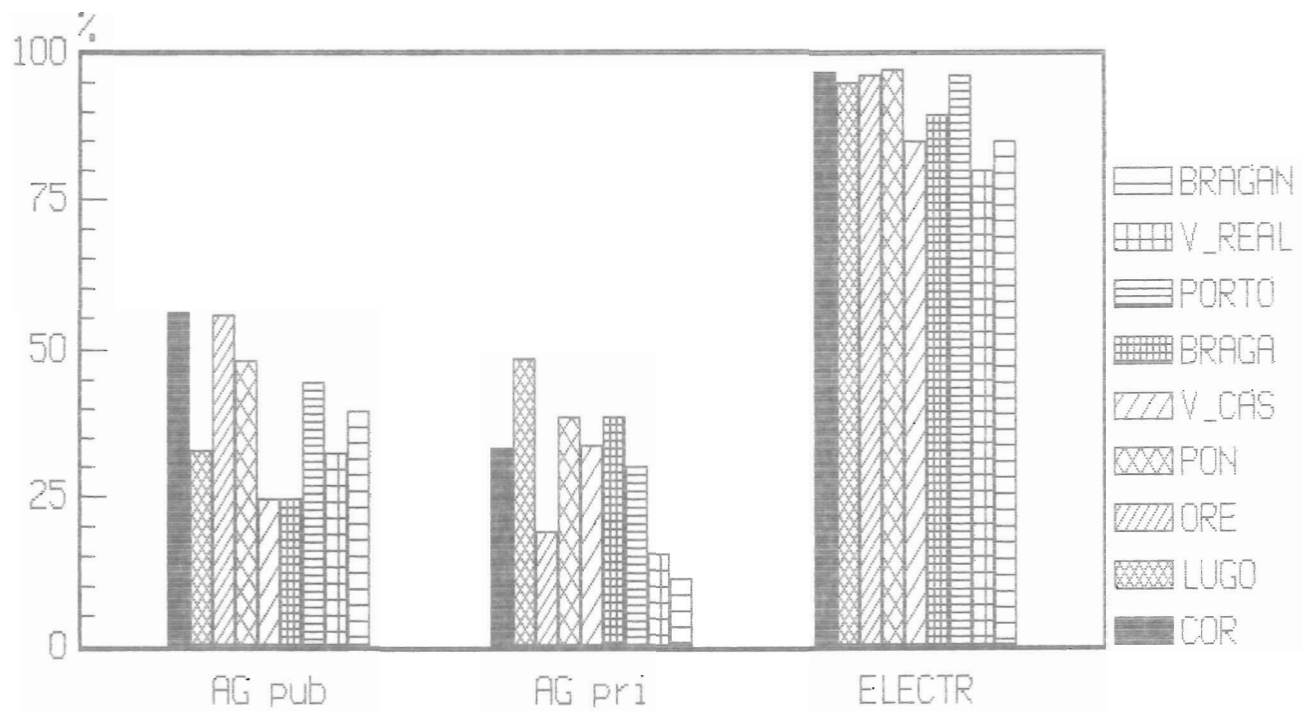
	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.0842	1.0000							
ORE	0.3335	0.8711	1.0000						
PON	0.3653	0.0650	0.0084	1.0000					
V_CAS	-0.1438	0.6206	0.7038	-0.0375	1.0000				
BRAGA	-0.6803	-0.4286	-0.4759	-0.3775	0.1024	1.0000			
PORTO	-0.4597	-0.7251	-0.8373	-0.3529	-0.7431	0.3288	1.0000		
V_REAL	0.0271	<i>0.8037</i>	<i>0.8324</i>	-0.2868	0.7919	-0.2737	-0.6487	1.0000	
BRAGAN	0.1243	0.7522	<i>0.8449</i>	-0.2510	0.8339	-0.2466	-0.7243	0.9727	1.0000

HABIT

Esta variável não tem uma uma suficiente ventilação por itens susceptível de permitir o estabelecimento de qualquer correlação entre regiões.

O gráfico seguinte ilustra a similitude de situações na Galiza e no norte de Portugal em muitos parâmetros.

PERCENTAGEM DE HABITACOES
COM AGUA CORRENTE PUBLICA, PRIVADA
E ELECTRICIDADE



PESECT

1%	1	5%
0.39	1	0.30

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9612	1.0000							
ORE	0.9744	0.9780	1.0000						
PON	0.9229	0.8520	0.8860	1.0000					
V_CAS	0.0553	0.0632	0.0707	0.0571	1.0000				
BRAGA	0.1325	0.1054	0.1401	0.1064	0.7002	1.0000			
PORTO	0.4435	0.4188	0.4514	0.4027	0.5148	0.8560	1.0000		
V_REAL	0.0397	0.0585	0.0543	0.0300	0.9878	0.6425	0.4323	1.0000	
BRAGAN	0.0551	0.0733	0.0672	0.0438	0.9894	0.6482	0.4436	0.9991	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	-0.0898	1.0000							
ORE	0.0299	0.2547	1.0000						
PON	0.1895	-0.0330	0.5011	1.0000					
V_CAS	-0.3172	-0.1623	-0.1725	-0.1673	1.0000				
BRAGA	-0.4387	-0.2726	-0.2472	-0.4109	0.1731	1.0000			
PORTO	-0.4137	-0.5282	-0.4972	-0.4243	0.0188	0.1980	1.0000		
V_REAL	-0.2006	0.1468	-0.0673	-0.2918	0.3777	0.1388	-0.2831	1.0000	
BRAGAN	-0.2383	0.7966	-0.1124	-0.2990	0.2062	-0.0561	-0.3709	0.3903	1.0000

POPIDA1

1%		5%
0.62		0.50

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.2535	1.0000							
ORE	0.7795	0.6546	1.0000						
PON	0.9842	0.1632	0.6746	1.0000					
V_CAS	0.8246	0.3901	0.5907	0.8669	1.0000				
BRAGA	0.9138	0.1944	0.5873	0.9570	0.9487	1.0000			
PORTO	0.9541	0.1497	0.6643	0.9729	0.8683	0.9730	1.0000		
V_REAL	0.8215	0.3659	0.5909	0.8662	0.9863	0.9467	0.8793	1.0000	
BRAGAN	0.7510	0.4730	0.5973	0.7891	0.9714	0.8899	0.8078	0.9870	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.7094	1.0000							
ORE	0.8301	0.9679	1.0000						
PON	0.3156	-0.3560	-0.2168	1.0000					
V_CAS	0.0555	0.6647	0.4900	-0.6299	1.0000				
BRAGA	-0.9122	-0.8799	-0.9620	0.0156	-0.2638	1.0000			
PORTO	-0.6754	-0.9586	-0.9032	0.2652	-0.7620	0.7981	1.0000		
V_REAL	-0.5344	0.0772	-0.1148	-0.6233	0.6867	0.2795	-0.1924	1.0000	
BRAGAN	0.0345	0.6710	0.5171	-0.6980	0.9042	-0.3435	-0.7209	0.7855	1.0000

POPIDA2

1%	!	5%
0.62	!	0.50

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.8780	1.0000							
ORE	0.9768	0.8951	1.0000						
PON	0.9931	0.8767	0.9692	1.0000					
V_CAS	0.7976	0.6847	0.7706	0.7819	1.0000				
BRAGA	0.9600	0.8516	0.9354	0.9530	0.9236	1.0000			
PORTO	0.9911	0.8398	0.9674	0.9878	0.8420	0.9765	1.0000		
V_REAL	0.8533	0.7954	0.8348	0.8440	0.9258	0.9458	0.8742	1.0000	
BRAGAN	0.7207	0.7374	0.7140	0.7069	0.8764	0.8456	0.7409	0.9535	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

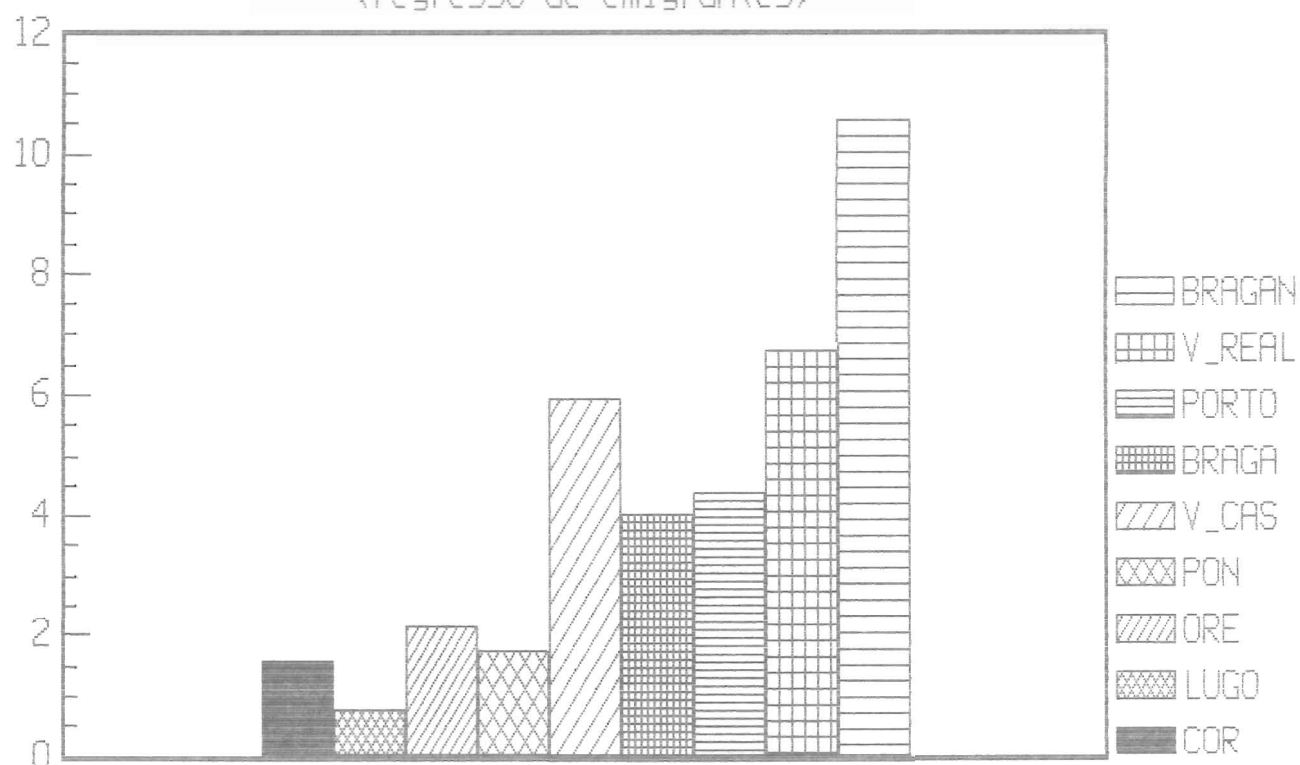
	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	-0.6960	1.0000							
ORE	-0.6396	0.8203	1.0000						
PON	0.8819	-0.6872	-0.6851	1.0000					
V_CAS	-0.4493	-0.1542	-0.2553	-0.4269	1.0000				
BRAGA	-0.6777	0.1290	-0.0115	-0.6254	0.8528	1.0000			
PORTO	0.8132	-0.9523	-0.8081	0.8141	-0.0487	-0.3074	1.0000		
V_REAL	-0.7044	0.3251	0.1582	-0.6735	0.6511	0.8247	-0.5061	1.0000	
BRAGAN	-0.8986	0.7044	0.5732	-0.8970	0.4055	0.6458	-0.8468	0.8369	1.0000

RETEMI

Esta variável não tem uma suficiente ventilação por itens susceptível de permitir o estabelecimento de qualquer correlação entre regiões.

O gráfico seguinte mostra que é um problema existente nas duas regiões, mais grave nos distritos do norte de Portugal mas, também aqui, susceptível de agudização a qualquer momento.

PERCENTAGEM DA POPULACAO RESIDENTE
HABITANDO NO ESTRANGEIRO EM 1970/3
(regresso de emigrantes)

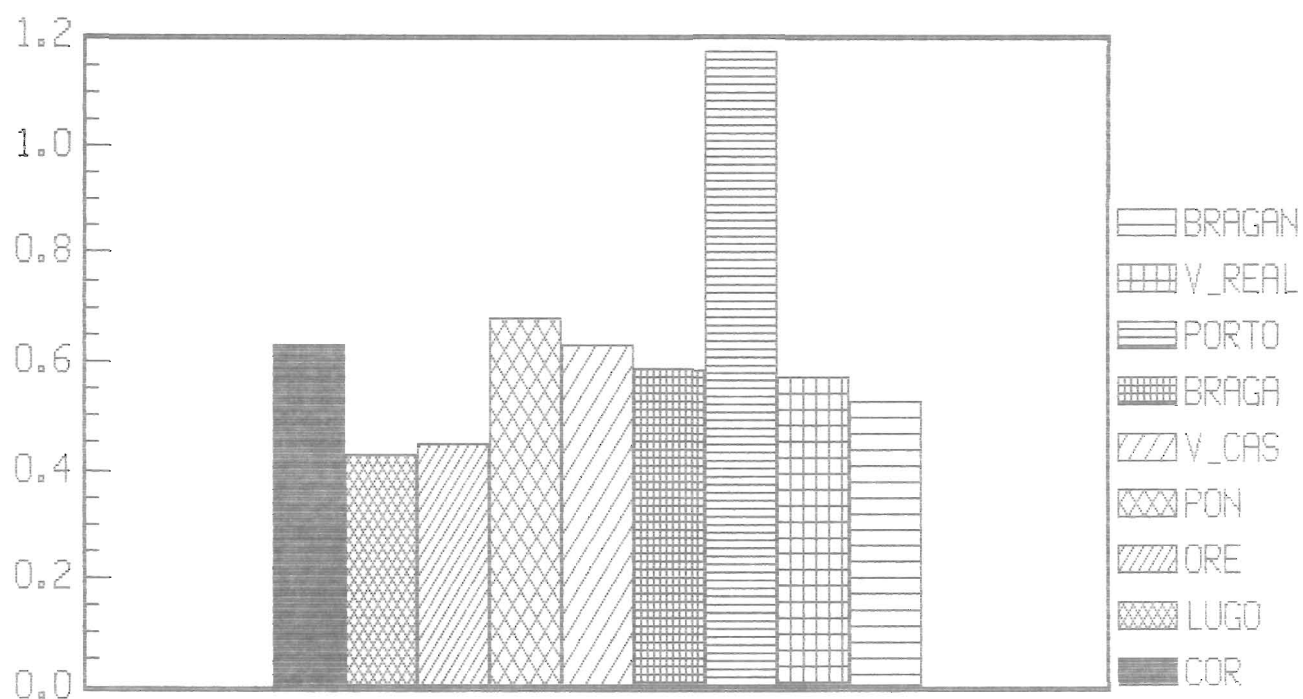


SITFAM

Esta variável não tem uma ventilação por itens susceptível de permitir o estabelecimento de qualquer correlação entre regiões.

Tomemos como referência a percentagem de separados judicialmente e divorciados no conjunto da população. O gráfico seguinte revela a identidade de situações entre as duas grandes regiões (com excepção do distrito do Porto).

PERCENTAGEM DE SEPARADOS E DIVORCIADOS



SITPROF

1%		5%
0.92		0.81

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.7334	1.0000							
ORE	0.8655	0.9566	1.0000						
PON	0.9997	0.7194	0.8551	1.0000					
V_CAS	0.9546	0.8703	0.9710	0.9487	1.0000				
BRAGA	0.9884	0.6231	0.7816	0.9914	0.9032	1.0000			
PORTO	0.9723	0.5583	0.7257	0.9770	0.8635	0.9963	1.0000		
V_REAL	0.9774	0.7947	0.9292	0.9744	0.9902	0.9459	0.9157	1.0000	
BRAGAN	0.9504	0.8271	0.9533	0.9455	0.9945	0.9063	0.8684	0.9943	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.1224	1.0000							
ORE	0.1299	0.9327	1.0000						
PON	0.8622	0.1851	0.2590	1.0000					
V_CAS	-0.7539	0.4601	0.5170	-0.6389	1.0000				
BRAGA	-0.8449	-0.5401	-0.5730	-0.8491	0.3549	1.0000			
PORTO	-0.5167	-0.8560	-0.9076	-0.5440	-0.1373	0.8021	1.0000		
V_REAL	-0.7540	0.1387	0.3021	-0.6540	0.8827	0.5309	0.0229	1.0000	
BRAGAN	-0.6278	0.2023	0.3782	-0.6065	0.8597	0.4090	-0.0981	0.9767	1.0000

VARPOP

/-----\		
1%		5%

0.83		0.71
\-----/		

Resultados com os valores originais

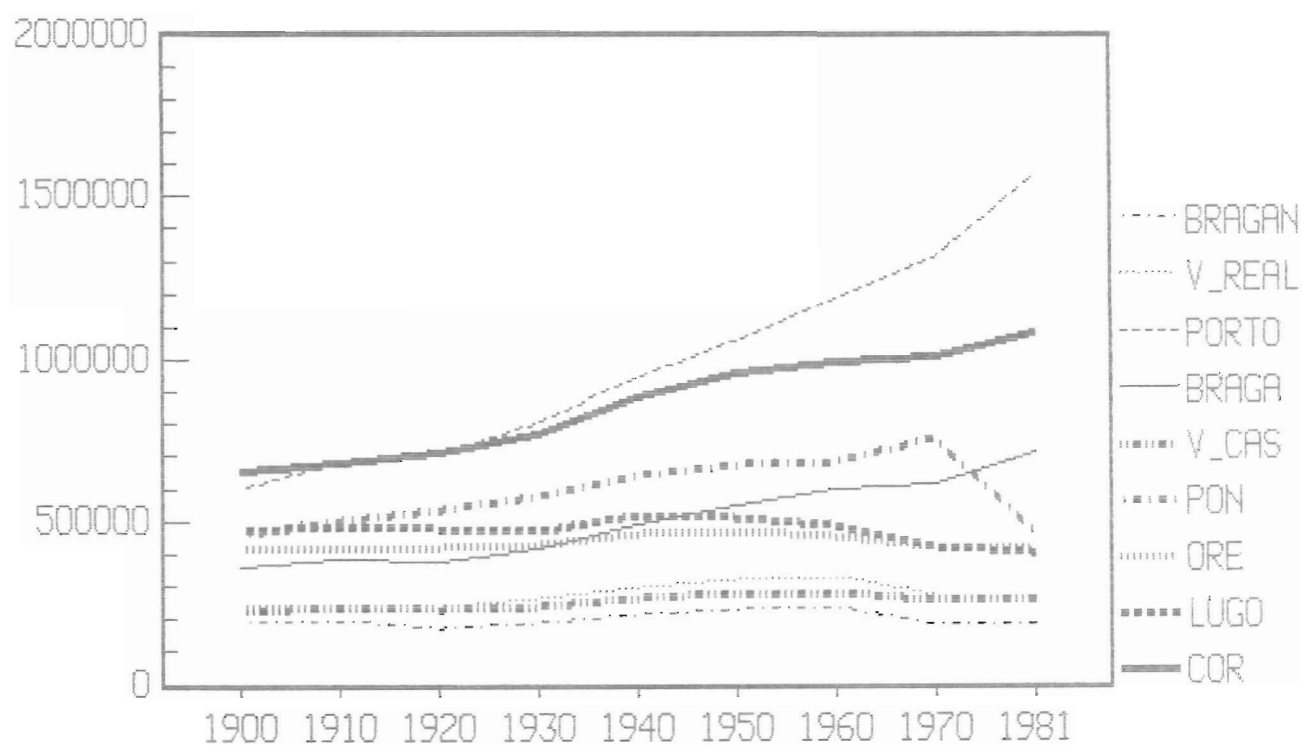
	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.7818	1.0000							
ORE	0.8518	0.9662	1.0000						
PON	-0.0409	0.1939	0.1320	1.0000					
V_CAS	0.8004	<i>0.9391</i>	<i>0.9148</i>	0.0187	1.0000				
BRAGA	0.7733	0.5276	0.5575	-0.4214	0.6959	1.0000			
PORTO	0.5164	0.3417	0.3381	-0.5316	0.4762	0.9072	1.0000		
V_REAL	0.8032	<i>0.8498</i>	<i>0.8997</i>	0.0638	0.8937	0.6931	0.4677	1.0000	
BRAGAN	0.7641	0.8158	<i>0.8468</i>	-0.0687	0.8718	0.7859	0.6465	0.9697	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	-0.8139	1.0000							
ORE	-0.7679	0.9968	1.0000						
PON	0.4172	-0.6684	-0.6709	1.0000					
V_CAS	-0.7863	<i>0.9954</i>	<i>0.9938</i>	-0.7281	1.0000				
BRAGA	0.5680	-0.6950	-0.7045	-0.0462	-0.6373	1.0000			
PORTO	<i>0.8427</i>	-0.9758	-0.9702	<i>0.4967</i>	-0.9534	0.8160	1.0000		
V_REAL	-0.8320	<i>0.9942</i>	<i>0.9876</i>	-0.7091	0.9940	-0.6384	-0.9621	1.0000	
BRAGAN	-0.8588	<i>0.9784</i>	<i>0.9651</i>	-0.7507	0.9819	-0.5596	-0.9336	0.9928	1.0000

Acrescentemos o gráfico da população residente nas diversas regiões.

EVOLUCAO DA POPULACAO RESIDENTE



TOTAL

Esta variável é constituída pelo conjunto de todas as variáveis anteriormente referidas.

1%	2%	5%
0.23	1	0.18

Resultados com os valores originais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	0.9684	1.0000							
ORE	0.9765	0.9892	1.0000						
PON	0.9804	0.9495	0.9580	1.0000					
V_CAS	<i>0.9339</i>	<i>0.9344</i>	<i>0.9376</i>	0.9189	1.0000				
BRAGA	<i>0.9277</i>	0.8775	0.8925	0.9134	0.9526	1.0000			
PORTO	<i>0.9214</i>	0.8539	0.8736	<i>0.9080</i>	0.9268	0.9902	1.0000		
V_REAL	<i>0.9348</i>	<i>0.9373</i>	<i>0.9437</i>	<i>0.9155</i>	0.9870	0.9307	0.9037	1.0000	
BRAGAN	<i>0.9323</i>	<i>0.9378</i>	<i>0.9413</i>	<i>0.9100</i>	0.9819	0.9250	0.8975	0.9976	1.0000

Resultados com os valores diferenciais

	COR	LUGO	ORE	PON	V_CAS	BRAGA	PORTO	V_REAL	BRAGAN
COR	1.0000								
LUGO	-0.2038	1.0000							
ORE	-0.1276	0.6308	1.0000						
PON	0.2234	-0.4062	-0.2980	1.0000					
V_CAS	-0.3895	<i>0.5739</i>	<i>0.5972</i>	-0.6917	1.0000				
BRAGA	-0.1244	-0.5061	-0.5022	-0.1744	-0.3349	1.0000			
PORTO	0.1961	-0.7318	-0.7393	<i>0.3901</i>	-0.8351	0.6690	1.0000		
V_REAL	-0.3536	<i>0.6563</i>	<i>0.6292</i>	-0.6901	0.9386	-0.3912	-0.8790	1.0000	
BRAGAN	-0.3653	<i>0.7678</i>	<i>0.6220</i>	-0.7173	0.9178	-0.3763	-0.8745	0.9513	1.0000

ANEXO 2

Transcreve-se, seguidamente, algumas passagens do prefácio do Plano de Desenvolvimento Integrado realizado para um município do Norte de Portugal. Dele se pode extrair os traços globais dos seus princípios orientadores:

"1. As populações das regiões acentuadamente menos atingidas pelo desenvolvimento não possuem o pleno usufruto das potencialidades de bem-estar viável no presente desenvolvimento histórico da civilização são vítimas de uma insatisfação.

Gerada pela constatação das insuficiências locais (insatisfação absoluta) ou por comparação com outras regiões com maiores níveis de desenvolvimento (insatisfação relativa), há sempre o reconhecimento da presença de um conjunto de problemas a resolver. Quando esta se configura na explicitação de uma problemática que envolve a relatividade da situação presente e admite a transfiguração, pontual ou global, dos actuais quadros de referência, começa a existir uma consciência da realidade que reclama a capacidade institucional de mudança.

O Plano de Desenvolvimento Integrado resulta, em primeiro lugar, dessa percepção da necessidade de vencer os problemas, as dificuldades regionais, o que passa, inevitavelmente, pelo repensar o quotidiano e o desenvolvimento. Resulta também da inadequação das actuais instituições para o implementar. Por outras palavras, a pouca atenção nacional pelo desenvolvimento regional e local – a que corresponde um reforço da hegemonia do que já é hegemónico –, a falta de informação estatística e técnica, a inexistência de um planeamento regional, os entraves sistemáticos que tem havido na regionalização, na audição das vontades dos municípios nessa problemática e a frequente confusão entre desconcentração e descentralização são entraves institucionais ao desenvolvimento.

Também as Câmaras Municipais não têm sido dotadas, por tradição e por estrangulamento financeiro, institucional e legal das possibilidades de intervenção nas esferas directamente económicas. Os Planos de Desenvolvimento Integrado são um dos tipos de iniciativas que revelam, e reforçam, uma tendência de ultrapassagem local das dificuldades institucionais, uma consciência das populações e das instituições políticas que se vêm generalizando por todo o País.

2. Repensar o desenvolvimento. Promover o ecodesenvolvimento. Esta é uma preocupação cujos vectores extremos são: a) é possível promover o desenvolvimento regional pelo aproveitamento integral dos recursos endógenos, independentemente da dinâmica da realidade geográfica e económica envolvente; b) Não é possível promover o desenvolvimento regional e local desinserido de uma política desenvolvimentista para todo o País.

Pensamos que ambas as posições são extremadas e erróneas. Se a primeira esquece as dependências nacionais e inter-regionais, não compreende que o subdesenvolvimento de uns é o desenvolvimento de outros, a segunda subestima o aproveitamento dos recursos locais é a energia vital das suas populações. O Plano de Desenvolvimento Integrado

promove uma simbiose, traça uma linha quebrada (pelos problemas a resolver e as conjunturas) entre aqueles eixos cartesianos de referência.

Não se pode esperar que as transformações se processem espontaneamente, como uma continuidade lógica de um passado em que os jogos de poder e subserviência, a resignação e o imobilismo são componentes de peso, se também assumirmos que os impulsos inovadores têm que partir, pelo menos numa parte significativa, da própria realidade local.

(...) Para se promoverem transformações são necessários três vectores fundamentais, cujo conteúdo é explicitado, embora nem sempre directamente, no conjunto do documento: a) vontade política; b) dinamização e participação efectiva das populações; c) cooperação com os municípios vizinhos em função dos problemas. Nenhum deles é independente dos restantes.

Serão alguns levados a olhar para os fundos da CEE como o milagre que há muito esperavam. Não negamos a importância daqueles, a imperiosidade de aproveitamento criterioso de todos eles, mas não admitamos que são capazes de substituir ou superar os três vectores referidos, por duas razões: a) a posição unânime que "a adesão pura e simples (...) poderá ter efeitos perversos"; (...) "há fortes hipóteses de só as zonas com estruturas industriais mais desenvolvidas aproveitarem com a adesão"; b) "a resolução dos problemas regionais não é apenas, uma questão de atribuição de meios financeiros ou de vantagens fiscais"; "implica, sobretudo, uma verdadeira reestruturação global das regiões"⁷. O tempo decorrido desde a adesão, veio provocar alguns desencantos, contudo as dificuldades também têm a vantagem de desfazer utopias e reolhar para a realidade que somos. Os fundos pouco serão se a eles não se associarem os três vectores anteriormente referidos.

3. Os Planos de Desenvolvimento Integrado são propostas de novos métodos de trabalho para todos os que se interessam, e têm capacidade de intervenção, ao nível do desenvolvimento regional.

Não resultam de um acto de legislação, da imposição de uma nova figura jurídica, mas do reconhecimento generalizado, para não dizer unânime, de que o processo de desenvolvimento (por essência integrado) é multifacetado, inovador, aglutinador e expansivo.

Multifacetado porque engloba componentes económicas, sociais, físicos, culturais, territoriais político-administrativas, psicológicas, morais e ideológicas. A consideração simultânea de todos estes aspectos, num entrosamento que transforma o todo em mais do que a soma das partes, exige critérios e opções que visam alargar a escala, relativizando (não subestimando) interdependências, viabilizar estratégias de desenvolvimento e dar realismo às soluções propostas.

Inovador porque não se trata apenas de definir linhas de actuação mas também de estabelecer as condições para a sua implementação, substituindo a mera realização de

⁷ Carvalho, Armindo M. S., "Le Portugal Communautaire: Disparités et Structures Regionales", Mémoire apresentada na Faculdade de Ciências Económicas de Montpellier; Out 1985, pag. 207/208

planos (necessários, mas por vezes demasiado "pesados" para intervir numa realidade em constante mutação, com absolutização de certas componentes) por uma sistemática atitude de planeamento, permanentemente atenta à intervenção e constantemente apoiada por um "banco" de indicadores da situação (donde a importância da monitorização, de canais eficientes de informação e maximização da sua utilidade, da informatização). Esta conversão da lógica tradicional de comportamento dos organismos do poder local exige uma nova pauta de referência legal, a criação de estruturas dinâmicas de permanente preenchimento dos espaços possíveis de intervenção desenvolvimentista, em suma, um novo conjunto de preocupações, tanto quanto o plano é imperioso à gestão do plano. Esta não pode nem deve ser feita como acção burocrática. Exige estruturas maleáveis, responsabilidade, sensibilidade para a problemática regional e formação cultural e profissional adequada. por isso dizemos que as agências de desenvolvimento são um dos corolários lógicos desta atitude de permanente intervenção no económico-social, que certamente encontrara outros mecanismos eficazes de implementar o desenvolvimento (articulado com uma intervenção na dinâmica económica nacional) e a fruição generalizada dos bens essenciais, também as associações de desenvolvimento ou instituições similares se podem traduzir em efectiva dinâmica.

Na procura de novas vias de desenvolvimento (regional), perante a ineficácia de objectivos e instrumentos "tradicionais", numa titubeagem que ainda não encontrou o ponto óptimo (se existe no contexto das hipóteses em que assenta), as "iniciativas locais de emprego", tão defendidas por instituições como a CEE e a OCDE, devem apresentar as seguintes características:

- a) "Participação alargada da população no processo de desenvolvimento territorial e existência de consideráveis competências regionais e locais no que respeita à promoção da actividade económica". Acrescente-se a importância do aproveitamento das relações de vizinhança no arranque e dinamização dessa participação, o que remete, no plano político-administrativo, para o empenhamento das instituições de freguesia.
- b) "Mobilização tão alargada quanto possível dos recursos regionais (trabalho, capital, recursos naturais), estendendo-se o conceito de recursos as diferentes dimensões da qualidade de organização sócio-comunitária (mobilização política, coesão das estruturas sócio-comunitárias, solidariedade social, participação cultural, etc.)". Acrescente-se a importância da referida mobilização ser discriminada, com hierarquização clara de objectivos, inserida em relações de complementaridade com os "pólos de desenvolvimento" em que o município se insere.
- c) "Capacidade regional de inovação deverá constituir uma qualidade das organizações empresariais", criando-se os estímulos materiais e morais para tal.
- d) "Orientação intersectorial e circuitos económicos intra-regionais"

- e) "Expansão da economia autónoma em complemento, ou alternativa, a produção estatal de serviços públicos 'standardizados' à escala nacional"⁸.

Aglutinador, pois encara o território como um produto parcial da realidade nacional e internacional em que se insere, donde resulta a consciência da relatividade das fronteiras de intervenção local, a aferição dessas fronteiras segundo a óptica de vários especialistas e a possibilidade de estabelecer "pontes" eficazes entre as potencialidades do território e o quadro das metas de desenvolvimento nacional e das políticas comunitárias. Ao mesmo tempo valoriza os recursos endógenos (humanos, físicos, culturais e outros) procurando enfraquecer dependências subdesenvolvimentistas e potenciar transformações de desenvolvimento alternativo e autocentrado. Esta preocupação de integrar cada região no espaço dos vectores da identidade e da dependência e uma localização económico-social moldável as diversas situações, ora para permitir economias de escala e a ultrapassagem de bairrismos castradores, ora para privilegiar os recursos próprios e características identificadoras.

Necessariamente, este processo aglutinador atinge a área do político porque exige o encontro de opiniões (entre Câmaras e Freguesias, entre forças políticas e grupos de opinião pública, entre cidadãos) na busca de melhores soluções, tanto ao nível autárquico como de organismos e instituições que têm estado alheados uns dos outros, como ainda no confronto de concepções de transformação, necessariamente diversas. Aglutinar vontades é fundamental, e exige um trabalho específico, mas também impõe firmeza de actuação e não convivência com os obstaculizadores do desenvolvimento.

Mais do que uma junção de opiniões há a necessidade, imperiosidade, da sua fusão. Na sua não verificação está uma das causas da "falência de muitos 'programas integrados' que muito tardam, na hipótese favorável, em superar a mera contiguidade: cada serviço aceita ir fazer o seu número, desde que mantenha a mesma autonomia e maneiras de agir que são próprias de tais serviços quando trabalham por sua exclusiva iniciativa"⁹.

Finalmente, trata-se de um processo expansivo porque toda a transformação parcelar influencia a realidade envolvente, regional e nacional. São os encadeamentos entre variáveis económicas e os seus efeitos multiplicadores, são os impactos sobre a maneira de pensar e de agir que os exemplos de inovação sempre arrastam.

(...) Reconhecendo como princípio básico a impossibilidade de sustentar qualquer processo de desenvolvimento sem a progressiva participação dos cidadãos nas deliberações, decisões e acções que caracterizam esse processo, o PDI é um instrumento importante na concretização desse objectivo. Os graus de envolvimento da população na escolha e apoio aos objectivos e instrumentos de desenvolvimento depende das tradições

⁸ De Henrique, José Manuel e Neves, António Oliveira; "Castanheira de Pera: uma via para o desenvolvimento regional endógeno?", Sociedade e Território, pago 121/122. Esta referência bibliográfica não envolve qualquer posição em relação ao processo de transformação regional na área referida, e, muito menos, a transferência daquela experiência para o concelho de (...). Os aspectos transcritos considerando genéricos, de natureza teórica, síntese de múltiplas experiências, ou suas tentativas, em diversos países.

⁹ De Ferreira, José Maria Cabral; "Do Planeamento da Cultura a Cultura no Planeamento"; Sociedade e Território n. 4, Maio/1986, pago 24

históricas locais, profundamente enraizadas numa certa organização sociopolítica, num determinado processo produtivo. Depende também da forma como os agentes sócio-políticos locais são capazes de exprimir as preocupações e anseios das populações e deles comungar nos ciclónicos trabalhos de ultrapassagem das resistências à transformação, pela força do exemplo criativo, pelo diálogo, pelo contacto sistemático com a população e os seus agentes económicos, culturais e ideológicos, pela capacidade de encontrar e impulsionar as convergências duradoiras nas divergências momentâneas. Este, um dos difíceis trabalhos, oposto a qualquer burocracia ou timidez, a que as autarquias locais, as agências de desenvolvimento, as outras instituições empenhadas nesta nova atitude de planeamento, têm que fazer face.

(...) A satisfação das necessidades básicas é o alvo orientador mas têm de ser os autóctones a defini-las em cada momento histórico. O primeiro trabalho a realizar é debater este documento, referência de acção, com cada uma e todas as freguesias, com os diversos partidos políticos actuando na região, com as associações económicas, culturais, desportivas e religiosas, com o clero, com todas as estruturas representativas da população e com a própria população.

Com efeito, a ideia central do desenvolvimento regional em que sobressai a componente endógena "reside na aceção de que as mulheres e os homens que habitam num território concreto deverão poder orientar o processo de desenvolvimento local, e deverão, assim, ser capazes de procurar as adaptações mais adequadas às alterações do mercado internacional a partir das suas próprias potencialidades e em função dos seus objectivos"¹⁰.

4. Por razões institucionais o presente Plano de Desenvolvimento Integrado limita-se ao município de (...). E' uma limitação. Pode, em alguns casos, ser um entrave ao desenvolvimento regional ou uma deseconomia de escala. Razões obvias para que o próprio plano tentasse, dentro dum quadro realista, ultrapassar esse limitação. Fá-lo pela frequente chamada de atenção para a importância da intermunicipalidade, pela sistemática tentativa de enquadramento na região envolvente, ainda pela referência a soluções que ultrapassam o âmbito municipal.

A existência deste Plano de Desenvolvimento Integrado é parte de um processo de auto-consciencialização da imperiosidade e viabilidade do progresso local, é uma expressão do amor à região, mas é também a negação de regionalismos, bairrismos, irracionais ou limitadores dos horizontes futuros."

¹⁰ Henriques, José Manuel e Neves, António Oliveira; *op. cit.* Pág. 121